

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **Assistência técnica e manutenção aos equipamentos ativos de rede**

## **Cláusulas gerais**

### **Indicie**

- 1 Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**
- 2 Regulamento e outros documentos normativos**
- 3 Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do  
serviço**
- 4 Objecto do concurso**
- 5 Prazo**
- 6 Preço base**
- 7 Obrigações do prestador de serviço**
- 8 Forma de prestação de serviço**
- 9 Preço contratual**
- 10 Caução**
- 11 Contrato escrito**
- 12 Condições de pagamento**
- 13 Resolução do contrato**
- 14 Foro competente**
- 15 Comunicações e notificações**
- 16 Contagem dos prazos**
- 17 Legislação aplicável**

### **Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
  - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;

- b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
  3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

**Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.**

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efectuar.

**Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
  - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
  - b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

**Art. 4º Objecto do concurso**



**Art.5º Prazo**

O prazo até à conclusão dos serviços em conformidade com os respectivos termos e condições é de 1 ano após a adjudicação.

**Art. 6º Preço Base**

Pela prestação dos serviços objecto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **7 672,73€**, (sete mil seiscientos e setenta e dois euros e setenta e três cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal.

**Obrigações contratuais**

**Obrigações do prestador de serviços**

**Art.7º Obrigações do prestador de serviços**

A título acessório, o prestador de serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao esclarecimento do sistema de organização à necessária e perfeita execução das tarefas a seu cargo.

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Entidade Adjudicante.

O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correcta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

**Art. 8º Forma de prestação do serviço**

1. Após a adjudicação inicia-se o objeto do fornecimento mencionado no artigo 4º e no período estipulado no artigo 5º do presente caderno de encargos.

**Obrigações da Câmara Municipal**

**Art. 9º Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

**Art. 10º - Caução**

Não é exigível a apresentação de caução

**Art. 11º - Redução do contrato a escrito**

Não é exigível a redução do contrato a escrito.

**Art. 12º Condições de Pagamentos**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a recepção pela câmara, das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

#### **Art.13º Resolução do contrato**

1. Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

### **Resolução de litígios**

#### **Art.14º Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Art.15º Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma electrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

**Art.16º Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Art.17º Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, março de 2015

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.